

Os fascinantes tapetes de Arraiolos

Artesanato alentejano é considerado um dos mais importantes de Portugal

Não é à toa que o Alentejo é conhecido como a região mais autêntica de Portugal, já que suas pequenas vilas escondem segredos e tradições admiráveis. É o caso de Arraiolos, localizada próximo a Évora. Conhecido por seu peculiar castelo circular, o destino produz um dos artesanatos mais fascinantes do país: os tapetes de Arraiolos. Há diversas lojas vendendo essas obras de arte na vila. Vale a pena apreciá-las com calma, mesmo se não der para levar uma delas para casa.

ou algodão, têm padrões clássicos e, ao mesmo tempo, inovadores. São peças incríveis, coloridas e primorosas, feitas totalmente à mão com muito cuidado. O segredo é o uso do ponto Arraiolo, que foi criado pelas tecelãs há centenas de anos. A técnica existe há mais de 400 anos e vem sendo passada de geração em geração pelas habilidosas bordadeiras, representando um importante legado da região.

Tão importante que Arraiolos conta com um Centro Interpretativo do Tapete de Arraiolos e até um Monu-



Fotos: Divulgação

mento à Tapeteira, que integra um mosaico e um painel cerâmico. Além do artesanato, a vila possui um bellissimo castelo, o Paço dos Alcaldes, de onde se tem uma vista deslumbrante da paisagem ao redor, o impressionante Convento dos Loios, que hoje é uma pousada, e o Jardim Público. Considerado o destino mais genuíno de Portugal, o Alentejo é a maior região do país.

Privilegiando um lifestyle tranquilo em que a experiência de viver bem dá o tom, conta com belas praias intocadas e cidades repletas de atrações ímpares, como castelos e monumentos históricos. Detentor de quatro títulos da Unesco e diversos outros prêmios e reconhecimentos internacionais no setor do turismo, o Alentejo oferece opções para todos os tipos de viajantes, sejam famílias, casais em lua de mel ou aventureiros. Mais informações em: (www.turismoalentejo.com.br).

J. ALVES CORRETORA DE CâMBIO LTDA.					DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO						
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em Milhares de Reais)					Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e 2017 (R\$ mil)						
	NE	2018	2017		NE	2018	2017		NE	2018	2017
ATIVO											
CIRCULANTE		2.066	3.845	CIRCULANTE	563	1.460	1.460	Resultado de Operações de Câmbio	3.e	467	2.464
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	1.770	3.682	Relações Interdependentes	-	-	-	Resultado de Op. com TVM		442	2.429
Títulos e Vires Mobiliários e Instr.		100	-	Ordens de Pcto. Moedas Estrangeiras	-	-	-	Resultado Bruto da Intermed. Financeira		25	35
Carteira Própria		100	-	Outras Obrigações	563	999	999	Outras Receitas/Despesas Operacionais	3.e	(780)	(1.621)
Outros Créditos		164	137	Carteira de Câmbio	-	282	282	Receitas de Prestações de Serviços		562	531
Rendas a Receber		110	92	Fiscais e Previdenciárias	7	77	526	Provisão p/Outros Créditos de Liq. Duvidosa		(1)	4
Diversos		58	45	Diversas	8	486	191	Despesas Pessoal		(464)	(490)
Prov. Outros Créditos Liq. Duvidosa		(4)	-	NÃO CIRCULANTE		-	-	Despesas Administrativas		(797)	(505)
Outros Valores e Bens		32	26	Exigível a Longo Prazo		537	498	Despesas Tributárias		(82)	(194)
Despesas Antecipadas		32	26	Outras Obrigações		-	-	Outras Receitas Operacionais		2	13
Não Circulante		-	-	Provisão para passivos contingentes		512	473	Outras Despesas Operacionais		-	(980)
Realizável a Longo Prazo		1.332	327	Execução Fiscal SRF		25	25	Resultado Operacional		(313)	843
Outros Créditos		-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.318	2.239	Resultado Antes da Tributação		-	-
Interposição de Recursos Fiscais	14	1.332	327	CAPITAL SOCIAL		-	-	sobre o Lucro e Participações		(313)	843
Imobilizado de Uso	6	20	25	De Domiciliados No País	10.a	418	418	Imposto de Renda e Contribuição Social	3.f, 8	-	(376)
Outras Imobilizações de Uso		20	25	Reservas Legal		84	84	Lucro/Prejuízo do Período	3.a	(313)	467
TOTAL DO ATIVO		3.418	4.197	Reservas de Lucros	10.c	2.129	1.737	Nº de Quotas 417.973		418	418
				Lucros e Prejuízos Exercício Atual	10.b	(313)	-	Lucro por quotas		(0,749)	1,117
				TOTAL DO PASSIVO		3.418	4.197				

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e 2017 (R\$ mil)

EVENTOS	Capital Reservas Disposic. Prejuiz. Total				
	Realizado	Legal	Quotistas	Acumul.	
SALDOS EM 01.01.17	418	84	1.288	-	1.790
. Lucro do Semestre	-	-	-	467	467
Distribuição de Lucros	-	-	-	(18)	(18)
Transferências:					
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Lucros a disp. quotistas	-	-	449	(449)	-
SALDOS EM 30.06.17	418	84	1.737	-	2.239
Mutações do Semestre	-	-	-	449	449
SALDOS EM 01.01.18	418	84	2.223	-	2.725
. Prejuízo do Semestre	-	-	-	(313)	(313)
Distribuição de Lucros	-	-	-	(94)	(94)
Transferências:					
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Lucros a disp. quotistas	-	-	-	-	-
SALDOS EM 30.06.18	418	84	2.129	(313)	2.318
Mutações do Semestre	-	-	(94)	(313)	407

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (R\$ mil)

1. Contexto Operacional: J.ALVES Corretora de Câmbio Ltda., iniciou suas atividades em 19.11.1992 com contrato social constitutivo devidamente arquivado na JUCESP sob NIRE nº 35.211.265.534, tendo por objetivo exclusivo a intermediação e a prática em operações no mercado de câmbio. **2. Reposicionamento das Atividades:** A Administração da Corretora, ciente dos desafios trazidos de se operar no mercado de câmbio e da maior regulação da atividade, optou por reduzir sua exposição a riscos, sendo assim, a "Receita de operações de câmbio", apresentam uma queda relevante em relação a 2017. Em função da redução das receitas, foram efetuados ajustes nas despesas cujo impacto total será sentido no 2º semestre de 2018. **3. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar no Brasil, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e abrangem as normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e as normas do Banco Central do Brasil - BACEN e apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema financeiro Nacional - COSIF. As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Administração para serem divulgadas a terceiros em 29 de julho de 2018. **4. Principais Diretrizes Contábeis:** a - **Auração do Resultado:** A auração do resultado é efetuada seguindo o regime de competência. b - **Estimativas Contábeis:** Na elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de certos valores determinados que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para indenizações, provisões para perdas em geral. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Corretora revisa periodicamente as estimativas e premissas. c - **Imobilizado de Uso:** O imobilizado de uso está contabilizado ao custo da aquisição e a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme divulgado na nota 8. **d - Ativo e Passivo. Circulante:** Os ativos são reconhecidos pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e os passivos demonstrados por valores conhecidos calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos. **e - Receitas e Despesas:** Os resultados das operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários são apurados por ocasião da concretização das operações. As demais receitas e despesas estão registradas pelo regime de competência. **f - Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real apurado de acordo com a legislação fiscal vigente. **g - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	30/06/18	30/06/17
Caixa e saldos em bancos	737	2.692
Aplicações financeiras de curto prazo	1.033	990
Caixa e equivalentes de caixa	1.770	3.682

JOSÉ APARECIDO CASSIANO ALVES - Diretor Presidente • SANDRA REGINA ALVES CLÁUDIO - Diretora Financeira • VAL DEMIR SOPRANI - Contador CRC - 1SP 88.327/O-0; CPF nº 538.074.058-87

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Ilmos. Srs. Quotistas e Diretores da J. ALVES Corretora de Câmbio Ltda. São Paulo, SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da J. ALVES Corretora de Câmbio Ltda. ("J. Alves") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como, as respectivas notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas quando lidas em conjunto com as notas explicativas da Administração, que as acompanham, representam satisfatoriamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J. ALVES Corretora de Câmbio Ltda. ("J. Alves"), em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a "J. Alves", de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Complementares emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida foi suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ênfase:** Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a seguinte situação: **Execução Fiscal SRF:** Conforme descrito na nota explicativa n.º 14, a Corretora vem contestando junto a SRF - Secretaria da Receita Federal do Brasil, autos de infração aplicados em exercícios passados cujo montante em 30 de junho de 2018, perfazem o valor de R\$ 1.667 mil. Em julho e agosto de 2014, aproveitando a existência dos programas "REFIS da Copa" e "REFIS da Crise", solicitou a inclusão dos débitos contestados no âmbito dos programas sendo o prazo solicitado de 180 meses. Em maio de 2018, a

Administração da Corretora decidiu pelo pagamento integral dos pedidos de parcelamento, sendo assim, aguarda para o 2º semestre, a consolidação dos débitos e sua baixa pela autoridade tributária. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da "J. Alves" é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da "J. Alves" continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da "J. Alves" são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: i. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conlujo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ii. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. iii. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. iv. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da "J. Alves". Se concluímos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não manter-se em continuidade operacional. v. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. vi. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, SP. 10 de agosto de 2018.
FINAUD Auditores Independentes - CRC 2 SP 032.357/O-0
Rafael Pereira da Silva - Contador - CRC 1 SP 097.390/O-2

O círculo vicioso da baixa produtividade

Rubens F. Passos (*)

Dentre os conhecidos fatores da baixa competitividade de nossa economia, um dos mais graves é a produtividade dos trabalhadores

Conforme acaba de ratificar pesquisa da Fundação Getúlio Vargas: num ranking de 68 nações, ficamos na desconfortável 50ª posição, atrás da Argentina e até mesmo da esfacelada Venezuela. Nesse contexto, é preciso ficar muito clara a relação de causa-efeito entre o problema e a precariedade da Educação Básica e do acesso ao Ensino Superior de excelência.

Por isso, é preocupante o resultado de novo estudo do Banco Mundial (BIRD), o qual mostra que jovens de 15 a 25 anos de lares afetados por quedas nos rendimentos têm 2,3% mais chances de abandonar os estudos. Dentre os de 18 anos, o índice sobe para 4,5%. Segundo o relatório, o número de famílias brasileiras que tiveram cortes no orçamento passou de 20%, em 2013, para 30%, em 2014.

Ou seja, a recessão afetou negativamente o nosso já combatido sistema de ensino, podendo agravar ainda mais a produtividade dos trabalhadores. Afinal, a boa formação escolar, desde a Educação Infantil, é cada vez mais determinante, à medida que a tecnologia avança e os processos produtivos tornam-se paulatinamente mais sofisticados, menos mecânicos e manuais.

A persistente baixa produtividade dos recursos humanos continuará afetando a competitividade e limitando o potencial de crescimento do PIB, o que reduz a capacidade de investimento do Estado na educação. É um círculo vicioso! O País paga um preço alto por ter abdicado de construir um sistema de ensino eficaz, ao contrário de algumas nações que fizeram da sala de aula o grande trampolim de seu desenvolvimento.

O resultado dessa perniciosa equação também torna o Brasil mais suscetível às oscilações da economia internacional e às instabilidades internas. Temos um permanente caldo de cultura propício à proliferação de crises, que, de fato, têm sido intermitentes, inviabilizando um ciclo duradouro de crescimento sustentado. Por mais que seja repetitivo a cada eleição, o ensino precisa ser enfatizado na campanha eleitoral deste ano.

Entrarão para a história os políticos que, por meio da renúncia da escola, promoverem o grande salto de competitividade de nosso país.

(*) - Economista pela FAAP e MBA pela Duke University (EUA), é Senior VP Latam da Acco Brands e diretor do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo (Sindicgraf-SP).